

POVOS INDÍGENAS E ZAPATISMO*

MAGDALENA GÓMEZ**

O décimo aniversário da ação pública do EZLN tem gerado numerosas análises que destacam sua contribuição à teoria e à prática políticas, à crítica do neoliberalismo ao movimento altermundista e, inclusive, à surpresa frente ao contraste com as experiências de guerrilhas latino-americanas prévias, entre outros muitos aspectos em espaços afins. Sem dúvida, são escassas as reflexões do espaço indígena e em torno a este.

Parece-me que não é pouca coisa insistir em que a matriz indígena é o suporte do pensamento zapatista em seu sentido mais profundo. A iniciativa “20 – 10 el fuego y la palabra” nos esclarece que há 10 anos demos

conta de um árduo e complexo trabalho de uma prévia década; portanto, bem podemos desenterrar essa imagem literária repetidamente utilizada: “o aparecimento” do EZLN em janeiro de 1994, expressão que evoca conotações religiosas.

Provavelmente esses primeiros anos permitiram um dos mais autênticos e profundos diálogos interculturais de que se tem memória, segundo nos mostra Gloria Muñoz no livro “20 y 10. El fuego y la palabra”. Em Chiapas chegaram uns revolucionários não indígenas com toda a bagagem teórica e política da época, e uma década depois assumiram a liderança e a filosofia indígena. A expressão mais decisiva deu a comandanta Esther, no Congresso da União, quando explicou que o subcomandante Marcos não os acompanhava porque ele é um quadro militar subordinado ao comando político indígena.

* Este artigo foi publicado em espanhol pelo jornal mexicano *La Jornada* o dia 04/01/04.

** Indígena tzeltal mexicana e Mestre em Estudos Mesoamericanos pela Universidade Nacional Autónoma de México-UNAM.


Dessa vertente indígena vem a tendência zapatista pela palavra, onde o fogo aparece como o detonante que a fez possível e não como um fim em si mesma, mas não somente isso: a palavra é a expressão viva de um compromisso. Por isso se realizou com a aceitação do cessar fogo decretado pelo Estado ante a exigência ativa da sociedade civil nacional e internacional, o que se firmou em San Andrés é um símbolo, tanto que hoje se está aplicando contrariamente ao Estado. Recordemos as conversas tensas na primeira etapa do diálogo, quando a delegação governamental informou ao comandante Tacho que tinha que investigar o que queria dizer a demanda sobre a dignidade. Em todo momento se manteve que para “avançar” no diálogo o EZLN deve submeter-se aos usos e costumes das elites políticas.

Nesse choque profundo é onde podemos encontrar uma das fontes de contradição no processo de diálogo que foi suspenso já há sete anos.

De alguma maneira o confronto e a polarização com a classe política mexicana se sustenta nessa tendência que a ideologia predominante, monocultural, imprime à possibilidade de diálogo: “dialoguemos a partir de minhas regras” “não me venha a desarticular o modelo Estado nação”. O difícil diálogo intercultural evidenciado pelo zapatismo nos mostra um saldo de racismo e discriminação

cujas superação não parece simples, implica gerar uma contracultura, mas também transformar ao Estado e renunciar ao seguimento de receitas neoliberais.

Há uma distância ante um exército que combate com a força das palavras e dos fatos, que não quer formar um partido político, com uma liderança incorruptível e um cenário de diálogo, cuja agenda implicaria que o Estado praticamente se refizesse, um reflexo de movimentos semelhantes no plano internacional. Esta distância não existe entre os povos indígenas, pois um dos saldos favoráveis abertos pelo zapatismo tem sido a possibilidade de conectar suas sintonias. O rarámuri era um dos povos que permaneciam com pouco contato com os outros; ao regressar de sua participação na marcha zapatista de 2001 um dos representantes informou” que já se tinham dado conta de que há muitos rarámuris”, formosa maneira de dizer que não estão sós.

Cada povo avança em sua reconstrução a seu ritmo e com seu modo. Em Chiapas as Juntas de Buen Gobierno, os Caracóis não se anunciaram como projeto ou modelo a seguir, senão que cada qual vai definindo suas veredas para transitar a caminho autônomo e nesse andar vão encontrar-se com os outros setores não indígenas para demonstrar que outro México é possível. Essa é a lição chave do primeiro de janeiro de 1994. 

Há uma distância ante um exército que combate com a força das palavras e dos fatos, que não quer formar um partido político, com uma liderança incorruptível e um cenário de diálogo, cuja agenda implicaria que o Estado praticamente se refizesse